

## Soberania

## Discriminação a homossexuais gera polêmica

**GERALDO SOBREIRA**  
Repórter da Sucursal de Brasília

Um novo "lobby" surgiu no Congresso constituinte: nove deputados evangélicos do PMDB, PFL e PDT iniciaram um movimento contra a inclusão na nova Carta de uma expressão que proibiria a discriminação contra os homossexuais. A expressão polêmica é "orientação sexual", que foi incluída no parecer do relator da Comissão de Soberania e Garantia dos Direitos do Homem e da Mulher, senador José Bisol (PMDB-RS), de centro-esquer-



da segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" em 19 de janeiro.

O parecer de Bisol diz: "Ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão do nascimento, etnia, raça, cor, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, natureza do trabalho, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, ou qualquer outra condição social ou individual". Este texto está no artigo terceiro do Capítulo sobre os "Direitos Individuais". A proibição da discriminação por motivo de orientação sexual (e não só de sexo, que protege as mulheres, como está na atual Constituição) é reivindicada pelos movimentos homossexuais como maneira de evitar a discriminação (veja reportagem abaixo).

O deputado José Fernandes (PDT-AM), 43, de centro-direita, um dos líderes do grupo de evangélicos, já assinou a proposta de emenda número um ao relatório da Comissão de Soberania onde propõe a troca de expressão "orientação sexual" pela expressão "desvio sexual". Na Comissão de Ordem Social, o relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), de centro-esquerda, apresentou a mesma redação de Bisol com a diferença que usa a expressão "identidade sexual" ao invés de "orientação sexual". Nessa Comissão o representante do movimento dos evangélicos é o deputado Salatiel Carvalho (PFL-PE), de centro-direita. Carvalho defende a supressão de expressão "identidade sexual".

Salatiel Carvalho disse ontem à Folha que os evangélicos não querem que os homossexuais tenham "igualdade de direitos" porque a "maioria da sociedade não quer". O relator da Comissão de Soberania, Bisol, tem uma posição contrária: "Eles devem assumir e apresentar uma emenda afirmando 'haverá discriminação contra os homossexuais' e defendê-la na Comissão e no Plenário", disse referindo-se aos deputados evangélicos. Os nove deputados evangélicos são: João de Deus (PDT-RS), Daso Coimbra (PMDB-RJ), Orlando Pacheco (PFL-SC), Milton Barbosa (PMDB-BA), José Fernandes (PDT-AM), Costa Ferreira (PFL-MA), Enoque Vieira (PFL-MA), Gidel Dantas (PMDB-CE) e Elyel Rodrigues (PMDB-PA).

## Direitos sexuais têm apoio de 47 constituintes

Da Sucursal do Rio

O grupo de homossexuais Triângulo Rosa, com sede no Rio, já obteve o apoio de 47 constituintes para que seja incluído no texto da nova Constituição a proibição para a discriminação por "orientação sexual". O grupo quer a inclusão dessa expressão no primeiro parágrafo do art. 153 da atual Carta — "todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicção política". A expressão "orientação sexual" entraria logo a seguir da palavra "sexo". "Sexo só existem dois, enquanto orientação sexual existem várias", disse ontem João Antônio Mascarenhas, 59, diretor de comunicação social do Triângulo Rosa — nome inspirado na mar-

ca (um triângulo rosa) afixada pelos nazistas nas roupas dos prisioneiros homossexuais de campos de concentração durante a 2.ª Guerra.

Mascarenhas, que há cerca de um mês defendeu essa posição na subcomissão de minorias (da Comissão de Ordem Social) e na subcomissão dos direitos e garantias individuais (da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher), disse que o presidente da entidade, Caio Benévolo, está em Brasília para tentar aumentar o número de adesões à proposta. O diretor de comunicação social do Triângulo Rosa disse também que a expressão "orientação sexual" foi aprovada no relatório da subcomissão de minorias, mas não na dos direitos e garantias individu-

ais, onde teve o voto contrário dos deputados Nyder Barbosa (PMDB-ES), de centro-direita, e Elyel Rodrigues (PMDB-PA), de centro.

A entidade já conseguiu a adesão dos constituintes do PMDB Mário Covas (SP), Ana Maria Rattes (RJ), Bosco França (SE), Célio de Castro (MG), Cristina Tavares (PE), Mansueto de Lavor (PE), José Bisol (RS), Teotônio Filho (AL), Domingos Leonelli (BA), Doreto Campanari (SP), Fábio Feldman (SP), Fernando Lyra (PE), França Teixeira (BA), Ivo Lech (RS), José Carlos Sabóia (MA), José Inácio Ferreira (ES), Lézio Fahler (ES), Luiz Gonzaga Patriota (PE), Maurício Fruet (PR), Maurílio Ferreira Lima (PE), Osmir Lima (AL), Renan Calheiros (AL),

Rose de Freitas (ES), Rui Nedel (RS) e Vasco Alves (ES).

Pelo PT, apóiam a tese os deputados Florestan Fernandes (SP), Benedita da Silva (RJ), Gumercindo Milhomen (SP), João Paulo (MG), José Genoino (SP), Luis Inácio Lula da Silva (SP), Olívio Dutra (RS), Paulo Renato Paim (RS), Vitor Buaiz (ES) e Vladimir Palmeira (RJ). Pelo PDT, assinaram os deputados César Maia, Luis Salomão e Roberto D'Ávila (todos do Rio) e Nelson Seixas (SP). Pelo PFL, os deputados Aleni Guerra (PR), Manoel Castro (BA) e Stélio Dias (ES). Pelo PC do B, a deputada Lídice da Mata (BA); pelo PCB, Roberto Freire (PE); pelo PDS, Cunha Bueno (SP); e pelo PTB, Dirce Tutu Quadros (SP) e José Elias Murad (MG).

## Covas nega candidatura à Presidência da República

Da Sucursal de Campinas

Luis Marques - 30. Abr. 87

O senador Mário Covas (SP), 57, de centro-esquerda, líder do PMDB no Congresso Constituinte, negou ontem, por três vezes, que esteja se lançando candidato à presidência da República, durante entrevista concedida às 16h30 de ontem, no gabinete do prefeito de Campinas (92 km a noroeste de São Paulo), José Roberto Magalhães Teixeira (PMDB). Covas, no entanto, disse que "se puder, e se for do desejo do meu partido" será candidato a governador de São Paulo, daqui a três anos. "Como líder da constituinte correrei todo o país, mas isso não é um indicativo de que seja candidato à sucessão presidencial", afirmou o senador, completando que foi a Cuiabá apenas para visitar "um ex-ministro — Dante de Oliveira — que deixou o governo sem qualquer rompimento com o presidente".

Em Campinas, Covas participou do projeto "Brasil: memória política", promovido pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pela Prefeitura, em que personalidades nacionais concedem depoimentos históricos. Na entrevista, o senador



O senador peemedebista Mário Covas

disse também que o PMDB têm nomes qualificados para a sucessão do presidente Sarney, "como do presidente do PMDB, Ulyses Guimarães, os do ex e do atual governador de São Paulo, Franco Montoro e Orestes Quércia; o do senador José Richa (PMDB-PR); Valdir Pires, governador da Bahia e Miguel Arraes, governador do Pernambuco".